

O NEOLIBERALISMO DESMONTOU OS SINDICATOS?

SILVA, Giovane da¹

RU 2086090

DIAS, Mariana Andreotti²

RESUMO

Este trabalho pretende confirmar que a polarização do elitista modelo econômico neoliberal, que serve tão bem a elite burguesa, teve uma ação direta e nefasta sobre o desmantelamento dos sindicatos, servindo de maneira plena não só aos interesses da elite empresarial brasileira, como também aos desígnios de dominação imperialista. Através de uma extensa pesquisa bibliográfica e análise concisa dos fatos, debruçou-se de forma zelosa sobre o tema e a sucessão de eventos que nos trouxeram o fatídico momento atual. Com ele concluí-se que este modelo econômico excludente e opressivo, não poupou esforços para cumprir seus objetivos, de servir de baluarte de uma classe dominante violenta e reacionária, em seu intuito de dominação e acumulação de capital. Impactando assim de maneira decisiva a classe operária e a organização sindical que tão bem a representa. Ressaltando a necessidade de uma reorganização da luta operária através de seus sindicatos, que sempre foram um bastião de organização dos de “baixo” na brutal e sempre desigual luta de classes.

Palavras-chave: Classe operária. Luta de classes. Neoliberalismo. Sindicalismo. Sindicato.

1. INTRODUÇÃO

É inegável que os sindicatos tiveram um papel de destaque nas relações trabalhistas, quando consideramos seu poder de organização da classe operária na luta contra o domínio neoliberal. Partindo do pressuposto que estas relações são essenciais para a criação de um conhecimento geográfico na configuração do território urbano, faz-se necessário entendê-las. Uma vez que conhecimento é poder, este conhecimento pode contribuir na estruturação da luta de classes (que hoje têm se mostrado unilateral), levando a uma revisão do movimento sindical.

Pretende-se, neste estudo, compreender como a polarização do modelo neoliberal contribuiu para o desmantelamento dos sindicatos. No item 2.1 o neoliberalismo será apresentado ao leitor, destarte, faz-se necessário mencionar que o neoliberalismo ganhou força na Inglaterra no governo de Margaret Thatcher e nos

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Geografia do Centro Universitário Internacional UNINTER.

² Professora orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER.

Estados Unidos no de Ronald Reagan e espalhou-se pelo mundo ocidental (nossos vizinhos chilenos são a prova cabal do quanto esta experiência pode ser devastadora para a classe operária).

O crescimento do neoliberalismo contribuiu de maneira decisiva e extremamente cruel para o enfraquecimento do movimento sindical no Brasil, obviamente defendendo os interesses de uma elite burguesa dona dos meios de produção. Este sistema econômico visa de forma impiedosa, apenas a acumulação de capital, beneficiando uns poucos, na verdade a elite burguesa dona dos meios de produção, em detrimento da classe operária, como será demonstrada no decorrer deste trabalho.

O sindicalismo, desde seus primórdios, é visto como um reduto de organização e formação de massas. Nas palavras de Lênin: uma escola de comunismo. E é no capítulo 2.2 deste trabalho que o leitor se familiarizará com o movimento sindical.

Os principais motivos para a polarização do modelo econômico neoliberal também serão identificados, além disso, será determinado como esta polarização afetou a luta sindical e como este desequilíbrio (brutal) de forças afetou a classe operária aumentando o abismo social. O embate derradeiro entre a classe operária e o sistema neoliberal e suas ramificações encontraremos no capítulo 2.3 sob o sugestivo título de “A Luta”.

Já o desfecho dessa luta de classes será apresentado ao leitor, com todas as suas nuances e propagações no capítulo 2.4.

Foi realizada uma extensa pesquisa na obra de autores que já haviam se debruçado, tanto sobre o tema do estado neoliberal burguês, como também sobre a história da luta sindical. Além disso, destacam-se a importância da luta e estruturação sindical nas relações de poder e construção dos territórios urbanos, como será descrito no capítulo 2.5. Através dessa minuciosa seleção de autores com subsídios, não só para responder nossa questão orientadora: “A polarização do modelo neoliberal teve influência no desmantelamento do movimento sindical?” como também acrescentar conhecimento e aporte para formular possíveis estratégias que contribuam na organização da luta sindical, que no momento atual tem se mostrado unilateral em prol dos detentores dos meios de produção..

No capítulo 3 será tratada a “conclusão” e as impressões da pesquisa, e como e se os resultados corroborados com ela podem realmente contribuir na reestruturação do movimento sindical.

2. SINDICATOS VERSUS NEOLIBERALISMO

2.1. NEOLIBERALISMO

A polarização do neoliberalismo é uma realidade global e no Brasil de hoje encontrou solo fértil e assim como no resto do mundo reconfigurou geograficamente a cadeia produtiva. Essa reconfiguração passa diretamente pelo desmantelamento dos sindicatos, uma realidade que evidência o caráter opressivo, excludente e unilateral do neoliberalismo. Nossa intenção é demonstrar o desequilíbrio de forças que se desenvolvem quando um sistema econômico excludente e elitista coopta governos periféricos e os torna instrumento de dominação econômica. Isto fica evidente quando, entre outras formas de dominação, o neoliberalismo atacou os sindicatos em seu cerne, mudando a legislação através de reformas que só evidenciaram que a luta de classes continua em andamento e “os de cima” nas palavras de Laurence Cox e Alf Gunvald Nilsen (*A Rebelião do Precariado*, citado por BRAGA, R, 2017, p.61), estão ganhando.

Entretanto para falarmos do neoliberalismo e sua nefasta dominação sobre os governos do hemisfério sul (e não só) e o reflexo disso nos sindicatos, faz-se necessário discorrer sobre aquele que veio primeiro, o liberalismo.

O liberalismo nasceu no século XVII e teve como pai o filósofo John Locke e trata-se de uma corrente filosófica de economia política. Locke defendia idéias que se chocavam com o poder da monarquia absolutista que hora dominava o continente europeu, em detrimento de uma burguesia em ascensão.

Esse sistema defende basicamente a liberdade e a propriedade privada, contestando o poder monárquico (que era algo de origem divina aos herdeiros da linhagem de Adão). Essa liberdade seria garantida obviamente à burguesia e não aos territórios por ela colonizados. Iniciava-se aí a primeira fase da acumulação primitiva do capital. Os ideais de John Locke não ficaram restritos ao continente europeu, atingido também as Américas e outras colônias.

Formava-se aí o Estado Burguês, que se via livre do domínio monárquico. Entretanto este Estado transferia à burguesia o poder sobre os meios de produção, e

sobre todos aqueles que se encontrava em uma posição subalterna em relação a ela e obviamente o próprio Estado.

O liberalismo econômico então, em essência, defende a propriedade privada dos meios de produção, evidentemente em benefício da burguesia em detrimento da classe operária.

Uma característica, tanto do liberalismo quanto do neoliberalismo é que quando surge uma crise recorrem ao Estado para salvar a economia.

Para Saad Filho (2015, p. 3) “Como um sistema de ideias, o neoliberalismo se fundamenta em contribuições oriundas de um amplo espectro de escritores com talentos diversos, frequentemente inconsistentes e, por vezes, demonstrando uma rabugice absolutamente espetacular.” Essas idéias defendem o livre-mercado em sua versão mais brutal e são subservientes ao imperialismo norte-americano. O sistema de acumulação nasceu com o capitalismo, mas foi no neoliberalismo que ele encontrou seu mais notável representante.

O Estado mínimo e a mão invisível do mercado são uma retórica que encontramos tanto no mundo acadêmico, cujas pesquisas muitas vezes são financiadas pelo “capital” e pelo próprio Estado ou em uma conversa de botequim. Mas o caráter excludente do neoliberalismo fica evidenciado em qualquer análise mais atenta dos acontecimentos na América latina, nas últimas décadas. Vejamos o emblemático caso chileno e seu “Chicago Boys” que levaram a classe operária a mais profunda miséria sob os auspícios de Pinochet.

Houve uma reestruturação no regime de acumulação financeira e a reconfiguração geográfica da cadeia produtiva foi a nível global transferindo o poder para mão das empresas transnacionais, em especial, de capital financeiro.

De maneira brilhante o neoliberalismo conseguiu inserir no imaginário da classe operária a idéia da meritocracia, transferindo assim responsabilidades coletivas para um só indivíduo. Essa foi sua grande sacada. Utilizando-se dessa artimanha o neoliberalismo alavancado por uma elite financeira e inescrupulosa conseguiu enfraquecer a classe operária que nesse afã individualista afastou-se das associações de bairro, dos sindicatos e obviamente dos partidos que se colocavam a esquerda.

Quando fala ao grande grupo o neoliberalismo prega a livre concorrência e insere no inconsciente coletivo a ideia de que para ascenderes na sociedade, através dessa meritocracia todos tem as mesmas chances. Isto não é verdade. A classe

operária e os detentores do pequeno capital são rechaçados em detrimento do grande capitalista. O neoliberalismo ganha com a miséria.

Por servir a elite o sistema neoliberal encontrou na direita, levando em conta o espectro político, um aliado e representante, embora regimes fascistas, ou que flertem com o fascismo não sejam descartados. A grande mídia não pode ser esquecida, mesmo porque está entre as grandes corporações, nesse jogo de poder. Para Saad Filho (2015, p. 10) “...a social-democracia implodiu, os partidos de esquerda e as organizações de massa declinaram, e os sindicatos foram amordaçados ou mutilados por mudanças legais, comportamentais e padrões de emprego.”

2.2. SINDICATOS

O sindicato como representante da luta operária, sempre foi um entrave no caminho do domínio neoliberal e antes dele. O sindicato traduz-se na mais singela faceta da luta de classes.

O neoliberalismo desde seus primórdios trava uma luta ferrenha para exterminar com os sindicatos, mas para falarmos de um possível ocaso desta forma de mobilização da classe operária e uma vitória neoliberal, temos que voltar a sua gênese.

A luta de classes evidentemente não é algo novo, ela já existia desde a comuna primitiva, muito antes de Marx tão bem teorizá-la, entretanto foi com o advento do capitalismo que ela atingiu sua verdadeira razão de existência.

A gênese do sindicalismo brasileiro confunde-se com a vinda dos imigrantes europeus com suas idéias progressistas e suas sociedades de auxílio mútuo e socorro e as uniões operárias.

O surgimento de fato dos primeiros sindicatos não coincidentemente esbarram no I congresso socialista brasileiro em 1892 onde as idéias contidas no tratado político mais impactante da história eram divulgadas.

O manifesto do partido comunista escrito por Marx e Engels a pedido da liga dos justos, enfatizava a idéia da luta de classes que sempre foi a mola propulsora das organizações operárias e obviamente dos sindicatos. Conforme Karl Marx e Friedrich Engels (2016, p. 52)

a história de toda a sociedade até agora é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de guilda e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em

oposição, conduziram uma luta ininterrupta, ora encoberta, ora aberta, uma luta que cada vez terminava com uma reformulação revolucionária de toda a sociedade ou com a ruína conjunta das classes em luta.

Impulsionados por essa luta de classes, que até então vinha sendo unilateral a classe operária inspirada nos ideais comunistas, parte para uma ofensiva que se estende por todo o século XX. Esta ofensiva entre outras frentes teve também os sindicatos como protagonistas.

2.3. A LUTA

Do sindicalismo amarelo de Hermes da Fonseca, passando pelas lideranças pelegas de Vargas, onde a classe operária teve grandes conquistas como a criação do imposto sindical e da CLT, além do Ministério do Trabalho que serviria também como órgão de controle dos trabalhadores.

Nessa escalada, a luta sindical chega aos anos 1960 com um grande crescimento do movimento grevista, além da realização do III Congresso Sindical Nacional, que culmina com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Com a renúncia de Jânio Quadros, foi na CGT que Jango conseguiu apoio da classe operária para sua posse e implantação de suas reformas de base, que tanto fariam para melhorar as condições de vida dos mais pobres, bem como diminuir o abismo social que sempre assolou nosso país. Entretanto, só o apoio da classe operária através de suas organizações sindicais não seria suficiente para manter o presidente João Goulart no poder.

Nas palavras de Juremir Machado da Silva (2014, p.11),

a imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na preparação e legitimação do golpe de 1964. Usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas ao capital internacional. O trabalho intelectual dos jornalistas consistiu numa operação de guerra retórica para desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexequíveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas.

Jango não era comunista, era um fazendeiro e o espectro comunista não rondava o Brasil. Não havia meios na época para que uma revolução comunista acontecesse em solo brasileiro. Esta é a verdade. Não obstante, suas reformas de base, atingiam em cheio uma elite burguesa que tremia com a possibilidade de ter

privilégios diminuídos. Mudanças radicais, como a possibilidade de uma reforma agrária e o aumento de direitos trabalhistas, não seriam toleradas. E não foram.

No fatídico dia 31 de março de 1964, na verdade madrugada do dia 1º de abril, aconteceu o mais infame movimento de nossa história recente: o golpe midiático-civil-militar. E a noite durou 21 anos.

Começava aí uma caçada a todas as organizações que de alguma forma “ameaçassem” o regime. Com os sindicatos não seria diferente. Ou seja, antes do neoliberalismo, os sindicatos tiveram que sobreviver ao regime militar e ao imperialismo norte-americano.

Neste trabalho enfatizaremos como o modelo neoliberal achatou o poder de articulação sindical, entretanto antes dele, os sindicatos tiveram outros adversários. Temos total ciência que as décadas que antecederam a introdução do neoliberalismo em solo brasileiro, contribuíram em muito para a construção de uma consciência de classe dentro do mecanismo sindical, embora em uma escala bem menor do que deveria ter sido. Entretanto a história nos mostrou que Marx estava certo quando dizia que os sindicatos eram a arma proletária na luta contra a burguesia, caso contrário esta arma, em mãos burguesas vira-se contra a própria classe operária. E isto, em alguns casos, aconteceu.

Durante o regime militar, o controle dos sindicatos pelo Ministério do trabalho foi elevado a níveis estratosféricos, obviamente ao longo do tempo levou ao arrocho salarial e obviamente ao aumento do abismo existente entre a elite e a classe operária. Os militares brasileiros, mais uma vez deixavam claro que serviam aos interesses do imperialismo ianque e a acumulação de capital da elite nacional e estrangeira. Mas isso, tentando não ser redundante, é outra história.

Durante este regime as relações trabalhistas foram rechaçadas em prol do capital, a idéia do governo era acabar com a mobilização sindical, como ocorreu em vários outros setores da sociedade e a opressão seguiu a passos largos.

O ano de 1968 trouxe com ele a promulgação do AI-5 e com ele de forma naturalmente bizarra o endurecimento do regime. No mesmo dia 13 de dezembro, o Congresso Nacional foi fechado, 181 parlamentares foram cassados e no ano seguinte o infame DOI-CODI foi criado. Em um país onde a democracia é baseada no equilíbrio dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, o Executivo ganha poderes ilimitados. Nos anos subseqüentes a sociedade brasileira viveu os piores anos de sua história recente.

Entretanto o que pretendemos demonstrar é a influência do nefasto regime sobre os sindicatos.

O golpe de 1964 que derrubou o presidente João Goulart, que não era comunista (Jango era um fazendeiro), por causa de uma “ameaça comunista”, não foi um evento apenas de cunho militar. O sórdido golpe foi um episódio que teve envolvimento de vários segmentos da sociedade brasileira, como a grande imprensa, alguns setores da sociedade civil, como os religiosos (lembramo-nos da marcha das famílias em cristo), a elite burguesa, a elite empresarial e evidentemente os militares, ou seja, nas palavras do gaúcho Juremir Machado da Silva: Golpe Midiático-Civil-Militar. Tudo é claro sob os auspícios dos Estados Unidos.

Os militares, é claro, comandavam o torpe regime, mas o empresariado nacional ou transnacional participou ativamente, inclusive em ações mais diretas e peculiares (não nos esqueçamos de Henning Boilesen, empresário dinamarquês, presidente do Grupo Ultra, que financiava, juntamente com outros empresários, a repressão).

Com o regime a elite empresarial ganhou uma mão armada, que usaria com primazia para defender seus interesses de acumulação capitalista. Mas uma nova variável foi introduzida na equação, “o chão de fábrica”. “O chão de fábrica” não foi uma criação brasileira, mas foi no ABCD paulista que a expressão atingiu seu maior expoente.

O regime autocrático, bateu, prendeu, torturou, matou, oprimiu, dentro e fora dos sindicatos, entretanto a ideia de luta não foi suprimida. E foi quando o neoliberalismo já se manifestava com força pelo globo.

Nas palavras de Renata Adriana Garbossa Silva e Rodolfo Santos Silva (2018, p. 206 a 207)

A globalização, profundamente integrada ao surgimento do “estado Neoliberal” desenvolvido teoricamente por Friedrich Von Hayek (1899-1992) e por Milton Friedman (1912-2006) e aplicada primeiramente por Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Helmut Kohl, promoveu em muitos países a abertura de mercado, a desregulação da economia e privatizações. Associados a tais medidas houve uma revolução do modelo de tecnologia de informação e na expansão do comércio, bem como o aumento de fluxos de capitais e das redes de fornecedores globais, o que incidiu sobre a redução das disparidades de renda entre os países e ao mesmo tempo aumentou as desigualdades no interior desses países.

No Brasil as coisas não foram diferentes o abismo social que vinha se agravando desde os anos 1970, apesar do “milagre econômico” de Médici, a economia desacelerava, o achatamento dos salários aumentava (arrocho salarial) e a

distância entre a classe operária e a elite burguesa tornara-se um abismo intransponível.

O golpe havia transformado os sindicatos a meros assistencialistas, suprimindo a classe com aquilo que o Estado se omitia, assistência médica, odontológica e evidentemente apoio jurídico.

Na década de 1970 a classe operária brasileira estava inserida no fordismo periférico como a maioria dos ditos países em desenvolvimento. Nesse contexto desfavorável a classe operária o pólo industrial do ABCD paulista, com sua política de rotatividade de mão de obra, garantia a submissão de seu operariado pelo medo da demissão e ainda aumentava sua produtividade.

A brutalidade empresarial era tanta, que levava esta já sofrida e explorada classe operária a total exaustão física, em nome desde aumento de produtividade. O que não trazia nada de novo a esta configuração, explorado, explorador que açoitam as relações de trabalho desde o início da revolução industrial. Os donos dos meios de produção sempre ganharam e continuaram ganhando com a miséria, esta é a verdade, embora incômoda, é a verdade. A elite empresarial tinha o governo e obviamente a polícia a seu lado. E usava este trunfo com maestria. Entretanto, apesar da violência policial, do controle estatal sobre os sindicatos e dessa brutal diferença de forças, chegamos ao ciclo grevista.

O ciclo grevista do ABCD nos ensinou muita coisa, greves homéricas saíram desse período. Paralisações faraônicas chegaram a números absurdos de 280 mil trabalhadores. Uma fase embrionária da consciência de classe dentro do movimento sindical nasceu justamente nesse período, o que demonstrou a elite empresarial que a classe operária descobrira uma força que até então desconhecia. Força essa que estava em sua unidade. O poder das massas sempre esteve em seu número, entretanto isso nem sempre é percebido por ela, fato que fica claro quando analisamos resultados eleitorais e percebemos que a “direita” é eleita pela classe operária para defender os interesses da burguesia.

O fordismo periférico atingiu seu auge em São Bernardo e com ele trouxe as “benefícios” do regime militar, despotismo fabril, jornadas absurdas, repressão empresarial-policial, alta rotatividade e obviamente arrocho salarial.

O “milagre econômico” já perdia fôlego e a recessão econômica assolava o país. O chão de fábrica recorria a pequenas sabotagens, e paralisações cirúrgicas.

Mas foi com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva a direção que as coisas tomaram outro rumo. O ativismo sindical organizado voltava a ordem do dia.

E como tão bem nos explica Ruy Braga (2012, p. 161)

Tendo em vista, sobretudo, o incremento do número de sindicalizados e o militantismo demonstrado por seus novos quadros, a burocracia sindical de São Bernardo viveu uma revifecção que culminou, em 1975, na eleição de Lula da Silva para a presidência da entidade. O sindicato passou então a ser reconhecido como um interlocutor confiável por algumas empresas-chave do setor, dentre as quais a própria Ford.

Abrindo um parêntese, algo semelhante viria a ocorrer décadas depois, quando o mesmo Luiz Inácio, então candidato a presidência da república assinaria em 2002 a “carta ao povo brasileiro”, na qual assegurava que seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores) respeitaria os contratos nacionais e internacionais. Esta carta na verdade era endereçada aos banqueiros, não a classe operária, mas isso é outra história. Entretanto, ambos os episódios, ilustram o caráter conciliador de Luiz Inácio, aceito pela elite empresarial.

Destarte, foi o ano de 1978 que trouxe um forte movimento grevista nascido no chão de fábrica que surpreendeu até a direção sindical. O sindicato assume apenas o papel de porta voz, o que nos leva a concluir que a base nunca deve ser esquecida.

A aliança empresarial-militar perdia seu controle sobre a classe operária e os sindicatos. Foi restabelecido o direito a greve, ganhos salariais, o prestígio alcançado pela direção sindical metalúrgica do ABCD foi algo inédito e avassalador. Foi aí sob pressão da ala marxista que se discutiu a criação da CUT e do PT.

Felizmente o movimento grevista do final dos anos 1970 lançou a sempre negligenciada classe operária ao status de protagonista, sob a liderança inegavelmente carismática de Luiz Inácio Lula da Silva, expondo uma elite empresarial burguesa, reacionária, conservadora e extremamente violenta. Foi nesse cenário que nasceu a consciência de classe do operariado contemporâneo, porém, mais tarde isso seria esquecido.

Com a redemocratização em 1985 fomos contemplados por uma sucessão de governos a direita do espectro político, eleitos pelo voto direto ou não, mas sempre subservientes ao imperialismo e sua acumulação de capital.

As conseqüências nefastas do neoliberalismo atingiram níveis assustadores com a privatária tucana de Fernando Henrique Cardoso. O Estado Mínimo foi seguido à risca na esfera federal chegando a atingir os Estados comandados pelo PSDB.

O Estado Neoliberal, já tinha tomando forma, mas mesmo no governo dos trabalhadores, ele seguiu se desenhando. Não é obra do acaso que o capitalismo financeiro cresceu exponencialmente neste período. Os avanços sociais e o aumento do poder de compra da classe operária não devem ser esquecidos. O estado de bem estar social adotado pelo governo dos trabalhadores cumpriu seu papel, quando levou a parcela mais pobre e excluída da população às carteiras universitárias, vejamos o programa de cotas raciais, políticas públicas de redistribuição de renda foram implantadas e um sensível ganho econômico atingiu a classe operária advindo do crescimento econômico.

Entretanto, discutir os acertos e erros do governo dos trabalhadores não é o objetivo deste trabalho. Ao buscarmos uma transparência nessa análise, fica claro que apesar dos muitos acertos de seu período no poder, o governo dos trabalhadores contribuiu de maneira decisiva para que chegássemos ao estado atual em que se encontra o movimento sindical.

Ao absorver importantes dirigentes sindicais nas fileiras estatais e no controle dos fundos de pensão, em uma escala considerável, nos moldes como ocorre com os militares no governo atual, o governo dos trabalhadores negou a classe operária, sua representatividade. A classe operária não mais estava representada. A base havia sido esquecida. Os sindicatos haviam perdido sua característica de centros onde a massa operária se organizava para combater a burguesia. A formação de base foi negligenciada.

O neoliberalismo não perderia sua grande oportunidade. Os acontecimentos que se seguiram provaram isso.

O governo dos trabalhadores, querendo ou não sob o jugo do sistema neoliberal nos trouxe até aqui. A desindustrialização foi aprofundada, o que nos levou inevitavelmente a uma economia de baixíssima complexidade produtiva, que nos torna dependente em grande parte, do mercado externo. Evidentemente isso não é algo novo, todavia é extremamente negativo para a nação.

Durante a campanha eleitoral para o quarto mandato dos trabalhadores a mídia hegemônica, que serve abertamente a elite burguesa, aumentou a pressão sobre o governo, exigindo o tão debatido e esperado ajuste fiscal, com cortes profundos nos

gastos públicos, benefícios sociais e direitos da classe operária. Isto afetaria não só a classe operária como um todo, como também seria um golpe de proporções gigantescas nos sindicatos e foi como veremos mais adiante. Foi promessa de campanha da então Presidenta Dilma Rousseff não ouvir esse clamor. Não cumpriu.

Existe um paradoxo entre o número de emprego e o poder de barganha da classe operária. Quanto mais empregos disponíveis, maior é o poder dos sindicatos e da classe operária em aprovar suas pautas. Em contrapartida, quando há desemprego em massa, esse poder de negociação se torna ínfimo. No terceiro mandato do governo dos trabalhadores isso se evidenciou. Com o crescimento econômico, o governo federal viu o país tomado por movimentos grevistas, só visto antes no já citado “ciclo grevista” do ABCD.

Diante desta tomada das ruas pelas massas, Dilma faz uma escolha, cujas catastróficas conseqüências, se estenderiam até hoje. Dilma escolheu um lado e este lado, era o da elite burguesa. A escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda não foi um engano, foi uma escolha classista. A idéia era baixar o nível de emprego, aumentando a taxa de desemprego a níveis consideráveis, para sim reduzir o número de greves que crescia desde 2013 em todo território nacional. Um adendo a ser feito, é que Luiz Inácio, o mesmo que liderou o “ciclo grevista”, também foi a favor do ajuste fiscal.

Embora Dilma tenha atendido aos anseios da burguesia, ela não teve uma aliada, não se negocia com o Estado Burguês. Dilma descobriu isso da pior forma. A elite burguesa concluiu que o governo de conciliação de classes e bem estar social dos trabalhadores, embora atacasse a classe operária, esta é uma verdade inconveniente, não estava fazendo na proporção e ritmo desejado.

A burguesia precisava então de um governo que a representasse de maneira completa e inequívoca. Bem vindos ao golpe institucional de 17 de abril de 2016. A burguesia tinha agora um representante de peso, Michel Temer.

2.4. A DERROTA

O governo burguês de Temer proporcionou a seus patrões, tudo aquilo que estava em sua cartilha neoliberal. Através de uma correlação de forças político-institucional acelerou em um ritmo poucas vezes visto os ataques a já sofrida classe operária. Ainda no primeiro ano do governo burguês de Temer a classe operária cancelou uma greve nacional acreditando na promessa do presidente de que manteria

o imposto sindical. A promessa não foi mantida. O sindicato sofre seu primeiro grande revés.

A reforma trabalhista aprovada em 2017 é na verdade uma reformulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em benefício do empregador. Por meio dela foi alterada uma série de direitos da classe operária (na verdade retirados) e também deveres da classe patronal. Esta flexibilização das relações de trabalho, tinha a promessa de gerar empregos. Esta foi a grande fábula que o governo burguês de Temer inseriu no inconsciente coletivo da classe operária. Tudo isso metodicamente articulado junto à mídia hegemônica.

Durante décadas a CLT, além de um balizador das relações de trabalho, ela foi um cinturão protetor da classe operária, com todo seu aparato estatal. O Estado havia criado, embora a idéia inicial não fosse essa, uma estrutura que na prática, se a lei fosse cumprida, protegia o lado menos favorecido da balança.

O tempo passou, diferentes governos se sucederam, inclusive o absurdamente nefasto regime militar que nos concedeu 21 anos de trevas, e a CLT continuou incólume. Mas, foi sob a égide do neoliberalismo e seu estado burguês que a classe operária tomou seu maior revés.

A reforma trabalhista, tão bem articulada pela elite burguesa, atacou os sindicatos de uma maneira tão devastadora, que só sua revogação irrestrita é o caminho para uma tentativa de buscar o equilíbrio de forças.

A estrutura sindical brasileira, necessitava, é claro, de algumas adaptações para o momento atual. Havia uma tendência natural de mudanças estruturais, visando alterar uma burocracia arcaica que engessava algumas linhas de ação. Em contra partida, aquilo que se buscava era uma evolução, mas sempre protegendo e garantindo direitos ao trabalhador. Não foi o que ocorreu.

Nossa pesquisa bibliográfica deixou claro que a reforma trabalhista produziu de maneira profunda uma deterioração no mercado de trabalho, destarte, enfraqueceu órgãos estatais, que via de regra, acabavam por proteger a classe operária, como o Ministério do Trabalho. É bem verdade que o referido Ministério acabou sendo extinto em 2019, pelo “capitão presidente”, o que acabou por beneficiar ainda mais a elite burguesa, dona dos meios de produção.

E como nos explica Andréia Galvão (2019, p. 203)

Outros aspectos da reforma impactaram negativamente os sindicatos. A prevalência do negociado sobre o legislado e a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos esvaziam o papel do sindicato na negociação coletiva. A negociação no local de trabalho por intermédio de comissão de representantes dos trabalhadores, a possibilidade de negociação individual no caso de trabalhadores com salários duas vezes superiores ao teto da previdência e a homologação da rescisão contratual sem a participação do sindicato descentralizam a negociação e transferem para a empresa, ou até mesmo para o trabalhador individual, tarefas antes exercidas pelos sindicatos.

Ou seja, fica claro que a ofensiva neoliberal das últimas décadas, executada pelo estado burguês conseguiu concretizar seu objetivo, através da reforma trabalhista enfraquecer a organização sindical, tornando a luta de classes ainda mais desigual, com o fiel da balança, pendendo, obviamente, a favor da elite burguesa proprietária dos meios de produção.

2.5 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica básica estratégica, com objetivo descritivo-explicativo.

Segundo Magda Alves (2007, p. 55)

Pesquisa bibliográfica: é aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente. No entanto, deve-se ter o cuidado de, ao escolher tais fontes, certificar-se de que sejam seguras.

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, no intuito de responder a questão orientadora: a polarização do modelo neoliberal teve influência no desmantelamento do movimento sindical?

Levando em consideração as características da coleta de dados, tendo em vista o vasto aparato bibliográfico já existente sobre os eixos que seriam abordados, a pesquisa assumiu natureza qualitativa.

Ainda segundo Magda Alves (2007, p. 58)

A pesquisa qualitativa tem como características: – O pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão. – Trata de levantar possíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão, daí a experiência do pesquisador ser fundamental. – O pesquisador

colhe informações, examina cada caso separadamente e tenta construir um quadro teórico geral (método indutivo).

A técnica de coleta de dados foi por documentação indireta, onde se buscou obras como fonte de pesquisa orientada pelo conteúdo das mesmas, bem como o viés ideológico de seus autores. Foram analisadas mais de vinte produções, entre livros, artigos científicos e obras áudios-visuais, onde se destacam autores como: Vladímir Ilitch Lênin, Ruy Braga, Petra Costa, Karl Marx e Friedrich Engels e tantos outros não menos importantes. As informações foram classificadas, organizadas e por fim interpretadas, sempre considerando o objetivo primitivo de determinar o quanto os sindicatos foram afetados pelo domínio neoliberal e suas ramificações no Estado Burguês.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sindicatos desde o início da revolução industrial tiveram um papel de suma importância na luta de classes. Esta entidade de cunho classista representou e liderou a classe operária em suas maiores batalhas contra o estado burguês e naturalmente, opondo-se aos interesses da elite burguesa dona dos meios de produção. Desde o início do século passado os sindicatos, mas não só eles, outras entidades classistas também, estiveram diante da classe operária na luta contra a exploração e opressão burguesa. Batalhas homéricas e vitórias consideráveis foram conquistadas pelos sindicatos, não nos esqueçamos do ciclo grevista do ABCD e dos metalúrgicos de São Bernardo.

O que ficou muito claro, é que houve sim, uma polarização neoliberal, não só no Brasil, mas também em praticamente todo o planeta, através da globalização da economia e da financeirização do capital.

Tendo em vista que a linha central é a luta de classes, tão bem ilustrada no conjunto da obra de Marx e Engels, este trabalho tentou demonstrar, como se estabeleceu essa correlação de forças em solo brasileiro, bem como as estratégias usadas por ambos os lados nesse embate. Na verdade essa luta se baseia no caráter de opressão/dominação de uma classe sobre outra.

Durante muito tempo os sindicatos e a classe operária conseguiram até certo ponto conter as investidas opressoras da elite burguesa e seu aparato estatal, mais recentemente sob a égide do neoliberalismo. Entretanto a reforma trabalhista do

governo burguês de Temer foi certa, atingindo no coração do movimento sindical, principalmente quando a desobrigatoriedade do imposto sindical tornou-se lei. Isto obviamente refletiu na captação de recursos da entidade sindical, considerando que esses recursos nem sempre vinham das mensalidades de seus associados.

Afinal, o que se conclui é que a escalada da polarização neoliberal das últimas décadas propiciou vitórias sucessivas da elite burguesa, sob a tutela de governos subservientes ao capital, sobre a classe operária. O derradeiro golpe na já enfraquecida classe operária, veio com a reforma trabalhista que desmontou os sindicatos, seu último bastião de defesa.

De fato, a história do movimento operário, sempre nos ensinou que a principal arma da classe operária está em sua organização. É isso que ela deve buscar. Voltar às bases, se apoiar em sua própria força, em seus sindicatos, associações de bairro, organizações classistas, partidos realmente comprometidos com a necessidade da classe operária. Esquecer a conciliação de classes e de fato olhar para dentro de si e traçar as estratégias para o confronto derradeiro. A burguesia deve voltar a tremer ao ouvir a palavra sindicato. Saudações comunistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

BARBOSA, Jane Roberta de Assis; ALVES, Sandra Priscila. **Formação socioespacial urbana contemporânea**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos sindicatos**. Disponível em <http://contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf>

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado** – trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **A política do precariado** – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2019.

CIDADÃO Boilesen. Direção: Chaim Litewski. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY> (92 min).

DEMOCRACIA em vertigem. Direção: Petra Costa. 2019. Mídia: <https://www.netflix.com>

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALVÃO, Andreia. Reforma Trabalhista: efeitos e perspectivas para os sindicatos. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Reforma trabalhista no Brasil: Promessas e realidade.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 201-223.

GARBOSSA, Renata Adriana; SILVA, Rodolfo dos Santos. **O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Odeio os indiferentes.** São Paulo: Boitempo, 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes.** São Paulo: Boitempo, 2020.

LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista – O tratado político mais influente da história.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MIRHAN, Lejeune. **Marx para principiantes.** Campinas: Apparte, 2020.

PEREIRA, Augusto dos Santos. **Desafios contemporâneos para a geografia do Brasil.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. **Neoliberalismo: Uma análise marxista.** Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96>

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro; MOLINA, Nilcemara Leal; DIAS, Vanda Fattori. **Orientações e dicas para trabalhos acadêmicos.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

SAUER, Carlos Eduardo; PINTO, Roberto Carlos. **Sociedade, natureza e espaço geográfico.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. **A precarização do trabalho: Da Revolução Industrial ao Neoliberalismo.** Disponível em <http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/340/874>

SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

SILVA, Renata Adriana Garbossa; SILVA, Rodolfo dos Santos. **Geografia política e geopolítica.** Curitiba: Intersaberes, 2018.

VILELA, Francy José Ferreira. **O liberalismo político de John Locke.** Disponível em http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/francy.pdf

VIS a Vis. Direção Álex Pina; Daniel Écija; Iván Escobar; Esther Martínez Lobato. 2015-2019. Mídia: <https://www.netflix.com>